



Ordem dos
Biólogos

Relatório de Contas 2024

FICHA TÉCNICA

Título

Relatório de Contas - 2024
março 2025

Ordem dos Biólogos - *Associação de Direito Público*

Índice

Sumário Executivo	1
Órgãos Sociais 2021-2025	2
Conselho Diretivo	2
Conselho Nacional	2
Mesa da Assembleia Geral	2
Conselho Fiscal.....	3
Conselho Deontológico	3
Conselho de Supervisão	3
Demonstrações Financeiras	4
Balanço	4
Demonstração de Resultados	5
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	6
Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais.....	7
Anexo às Demonstrações Financeiras.....	8
I. Identificação.....	8
II. Referencial contabilístico.....	8
1. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	8
2. Disposição do Sistema de Normalização Contabilística para as ESNL derrogadas no exercício	9
3. Rubricas não comparáveis com o exercício anterior.....	9
III. Principais políticas contabilísticas	9
1. Base de apresentação.....	9
2. Investimentos Financeiros	9
3. Ativos Fixos Tangíveis.....	9
4. Ativos Fixos Intangíveis.....	10
5. Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis, excluindo Goodwill.....	10
6. Especialização dos exercícios.....	11
7. Imposto sobre o rendimento	11

8.	Subsídios do Governo	11
9.	Transações e saldos em moeda estrangeira	12
10.	Provisões.....	12
11.	Passivos contingentes	13
12.	Ativos contingentes	13
13.	Acontecimentos após a data do balanço	13
14.	Juizados de valor, pressupostos críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas	14
1.	Movimento no Ativo Tangível	15
2.	Saldos em caixa e depósitos bancários.....	15
3.	Impostos sobre o rendimento	15
4.	Estado e outros entes públicos.....	16
5.	Outras contas a receber	16
6.	Outras contas a pagar	17
7.	Variações nos Fundos Patrimoniais	17
8.	Acréscimo e Diferimentos de Ativos	17
9.	Acréscimos e Diferimentos de Proveitos	18
10.	Vendas e Prestações de Serviços	18
11.	Ganhos relativos a subsídios à exploração	19
12.	Fornecimentos e Serviços Externos	19
13.	Gastos com o Pessoal.....	19
14.	Juros e Rendimentos similares obtidos ou suportados	20
15.	Outros Gastos e Perdas	20
16.	Outros Rendimentos e Ganhos	20
	Divulgações exigidas por diplomas legais	20
	Conclusões e Proposta de Aplicação de Resultados	21

Sumário Executivo

O presente Relatório de Contas da Ordem dos Biólogos (OBIO), referente ao exercício económico de 2024, reflete a continuidade de uma gestão financeira responsável e sustentável, orientada pelos princípios de rigor, transparência e eficiência na utilização dos recursos disponíveis.

O exercício encerrou com um resultado líquido positivo de 88.718,28€, traduzindo a solidez da situação financeira da Ordem e a sua capacidade de responder aos compromissos assumidos, assegurando simultaneamente a estabilidade e o equilíbrio económico da instituição.

A quotização dos membros manteve-se como a principal fonte de receita, com um total de 176.888,00€, a que se somaram 23.079,19€ provenientes de subsídios, doações e legados. No que respeita às despesas, destacam-se os fornecimentos e serviços externos (130.722,77€) e os gastos com pessoal (36.913,97€), espelhando o esforço contínuo na qualificação e no reforço da capacidade operativa da Ordem. Os outros gastos operacionais ascenderam a 9.644,18€, tendo os outros rendimentos atingido 1.510,75€.

Tendo em conta o resultado alcançado, o Conselho Diretivo propõe a transferência integral do Resultado Líquido do Exercício para Resultados Transitados, contribuindo para o reforço da sustentabilidade financeira da OBIO e para a prossecução dos seus objetivos estatutários.

Órgãos Sociais 2021-2025

Conselho Diretivo

Bastonária	Maria de Jesus da Silva Fernandes (CP 1213)
Vice-Presidente	Pedro Miguel Alfaia Barcia Ré (CP 22)
Secretária-Geral	Cláudia de Matos Júlio (CP 1107)
Tesoureira	Daniela Filipa Marques Antunes Tomás Casimiro (CP 3556)
Vogais	Rui Manuel Cabral e Silva (CP 11) Ana Cristina Figueira da Luz (CP 1410) Bárbara Sofia Nunes Lopes Marques (CP 1307) Sérgio Miguel Franco Martins Leandro (CP 2176) Francisco Pedro Calvão Silva de Castro Lacerda (CP 3311) Mário Rui Almeida do Carmo (CP 3231) José Carlos Ferreira de Morais (CP 2284)
Vogal (suplente)	Paula Maria Chainho de Oliveira (CP 1562) 114204772

Conselho Nacional

Bastonária	Maria de Jesus da Silva Fernandes (CP 1213)
Presidente da MAG	Henrique José de Barros Brito Queiroga (CP 21)
Presidente do CF	José Lino Vieira de Oliveira Costa (CP 562)
Presidente do CRAç	Maria da Anunciação Mateura Ventura (CP 686)
Presidente do CRM	Rui Ricardo Pereira Araújo Correia (CP 924)
Presidente do CRN	Carmen de Lurdes Fonseca Jerónimo (CP 1676)
Presidente do CRS	Bárbara C. L. Morais da Cruz Tita (CP 833)
Antigo Bastonário	Manuel Pedro Salema Fevereiro (CP 43)
Antigo Bastonário	José Ângelo Guerreiro da Silva (CP 4)
Antigo Bastonário	António Domingos de Sousa Abreu (CP 326)
Antigo Bastonário	José António dos Santos Pereira de Matos (CP 2033)
Membro eleito	João José Oliveira Dias Coimbra (CP 273)
Membro eleito	Carlos José Fialho da Costa Faro (CP 3256)
Membro eleito	Miguel Viveiros Bettencourt (CP 821)

Mesa da Assembleia Geral

Presidente	Henrique José de Barros Brito Queiroga (CP 21)
Vice-Presidente	Maria de Lurdes Martins de Serpa Carvalho (CP 67)
Vice-Presidente	José Manuel Pereira Alho (CP 1940)
Secretário	Élio Alexandre Salvador Rodrigues Vicente (CP 1649)

Secretário José Sérgio Maurício Seco (CP 4086)

Conselho Fiscal

Presidente José Lino Vieira de Oliveira Costa (CP 562)

Secretária Dalila Maria Bettencourt Caldeira de Sena Carvalho (CP 409)

Conselho Deontológico

Conselheiros Francisco Arnaldo de Leite Andrade (CP 3)

Maria Amélia Botelho de Paulo Martins Campos Loução (CP75)

Manuel José da Conceição Biscoito (CP 371)

Jorge Quina Ribeiro de Araújo (CP 422)

Octávio João Madeira Mateus (CP 3557)

Dário José Pirralha Ligeiro (CP 3313)

Joana Isabel Espírito Santo Robalo (CP 1596)

Conselho de Supervisão

Membros Maria Isabel da Silva Moreira (CP 3306)

Jorge Manuel dos Santos Gonçalves (CP 982)

Não-Membros Ricardo Jorge Guerra Calado (Presidente)

Ana Sofia Pereira Serrenho Reboleira

Membro Cooptado Ausenda de Cáceres Balbino

Provedor Carlos Manuel Prudente Pereira da Silva

Demonstrações Financeiras

Balanço

RUBRICAS	NOTAS	2023	2024
ACTIVO			
Activo não corrente:			
Activos fixos tangíveis	1	2.042,62	1.585,90
Activos intangíveis		-	-
Investimento Financeiros		102,18	102,18
Accionistas/sócios			
		2.144,80	1.688,08
Activo corrente:			
Inventários		2.000,00	407,52
Associados		-	-
Adiantamentos a fornecedores	5	25,04	42,80
Estado e outros entes públicos	4	2.780,05	2.689,92
Diferimentos	8	899,54	736,02
Outros activos correntes	5	9.375,00	59.685,00
Caixa e depósitos bancários	2	567.600,87	610.362,72
		582.680,50	673.923,98
Total do Activo		584.825,30	675.612,06
CAPITAL PROPRIO E PASSIVO			
Fundos			
Fundos		-	-
Reservas	7	4.611,54	4.611,54
Resultados transitados	7	327.614,63	441.068,57
Outras variações nos fundos próprios		-	-
Resultado líquido do período		113.453,94	88.718,28
		445.680,11	534.398,39
Total de Fundos			
Passivo			
Passivo corrente:			
Fornecedores	6	6.398,93	7.305,66
Adiantamentos de associados	6	33.865,00	41.784,46
Estado e outros entes públicos	4	746,20	922,32
Diferimentos	9	13.673,65	6.055,60
Outras contas a pagar	6	84.461,41	85.145,63
		139.145,19	141.213,67
Total do Passivo		139.145,19	141.213,67
Total de Fundos e do Passivo		584.825,30	675.612,06

Demonstração de Resultados

RUBRICAS	NOTAS	2023	2024
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados	10	197.649,26	243.772,11
Subsídios à exploração	11	43.832,83	23.079,19
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			(1.906,13)
Fornecimentos e serviços externos	12	(88.316,33)	(130.722,77)
Gastos com o pessoal	13	(31.361,76)	(36.913,97)
Imparidade (perdas/reversões).			
Provisões (aumentos/reduções)			
Outros rendimentos e ganhos	16	467,19	1.442,62
Outros gastos e perdas	15	(8.104,20)	(9.644,18)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA)		114.166,99	89.106,87
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	1	(712,47)	(456,72)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		113.454,52	88.650,15
Juros e rendimentos similares obtidos	14	(,58)	68,13
Resultado antes de impostos		113.453,94	88.718,28
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		113.453,94	88.718,28

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Rubricas	2020	2021	2022	2023	2024
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais - Método Direto					
Recebimento de clientes	143.596,59	371.942,70	372.379,58	454.748,73	375.653,03
Pagamentos a fornecedores	-35.052,37	-88.214,42	-99.712,96	-87.067,67	-146.518,86
Pagamentos ao pessoal	-22.706,69	-23.500,77	-45.247,06	-23.804,42	-26.044,69
Caixa gerada pelas operações	85.837,53	260.227,51	227.419,56	343.876,64	203.089,48
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros recebimentos/pagam. relativos à actividade oper	1.863,86	698,17			
Fluxo de caixa das actividades operacion	87.701,39	260.925,68	227.419,56	343.876,64	203.089,48
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento					
Recebimentos provenientes de:					
Ativos Fixos Tangíveis					
Ativos Fixos Intangíveis					
Investimentos financeiros					
Outros Ativos					
Subsídios ao investimento					
Juros e Rendimentos similares					
Dividendos					
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:					
Ativos Fixos Tangíveis			1.681,20		
Ativos Fixos Intangíveis					
Investimentos financeiros					
Outros Ativos					
Fluxo das actividades de investimento (2)	0,00	0,00	1.681,20	0,00	0,00
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento					
Recebimentos provenientes de:					
Financiamentos obtidos					
Realização de Fundos					
Cobertura de prejuízos					
Doações					
Outas operações de financiamento					
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:					
Financiamentos obtidos					
Juros e gastos similares					
Dividendos					
Reduções de fundos					
Outas operações de financiamento					
Fluxo das actividades de financiamento (3)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	87.701,39	260.925,68	229.100,76	343.876,64	203.089,48
Efeito das diferenças de câmbio					
Caixa e seus aquivalentes no início do período	232.018,29	319.719,68	437.960,09	472.418,35	567.600,87
Caixa e seus equivalentes no fim do período	319.719,68	437.960,09	472.418,35	567.600,87	610.362,72

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos patrimoniais atribuídos aos Instituidores da entidade-mãe								Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/outras variações	Resultado líquido do período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N	6			4.611,54	327.614,63			113.453,94	445.680,11		445.680,11
ALTERAÇÕES NO PERÍODO Primeira adoção de novo referencial contábilístico Alterações de políticas contábilísticas Diferenças de conversão de demonstrações financeiras Realização de excedentes de revalorização Excedentes de revalorização Ajustamentos por impostos diferidos Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	7										
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8				88.718,28			88.718,28	88.718,28		88.718,28
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8							88.718,28	88.718,28		88.718,28
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO Fundos Subsídios, doações e legados Distribuições Outras operações	10										
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO N	6+7+8+10			4.611,54	416.332,91			202.172,22	534.398,39		534.398,39

Anexo às Demonstrações Financeiras

I. Identificação

A Ordem dos Biólogos é uma instituição com sede na Rua Cidade de Rabat, 38 – r/c, 1500-164, Lisboa. Foi constituída em abril de 1987 e tem por objeto assegurar a defesa e promoção da profissão de biólogo, a melhoria e progresso da Biologia nos domínios científico, pedagógico, técnico e profissional, a salvaguarda dos princípios deontológicos que norteiam a profissão de biólogo e de proteger os interesses profissionais dos seus membros e os interesses públicos relacionados com a prestação profissional dos biólogos.

A Ordem dos Biólogos é uma associação pública profissional, tendo-lhe sido atribuído o estatuto de Utilidade Pública pelo Decreto-Lei nº183/98, de 4 de julho, e publicado em Diário da República: 1º Série A nº152 de 4 de julho de 1998, tendo sido alterado pela lei nº159/2015, de 18 de setembro.

II. Referencial contabilístico

1. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, efetivas para os exercícios iniciados em 1 de Janeiro de 2010, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro (“NCRF-ESNL”), normas interpretativas (“NI”) consignadas, respetivamente, nos avisos 15652/2009, 15655/2009 e 15653/2009, de 27 de Agosto de 2009 e divulgações publicadas através do anexo nº 10 da Portaria nº 986/2009 de 7 de Setembro, os quais, no seu conjunto constituem o Sistema de Normalização Contabilística para as entidades do sector não lucrativo (“ESNL”). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designadas genericamente por “NCRF-ESNL”.

2. *Disposição do Sistema de Normalização Contabilística para as ESNL derogadas no exercício*

Não aplicável

3. *Rubricas não comparáveis com o exercício anterior*

Não aplicável

III. Principais políticas contabilísticas

1. *Base de apresentação*

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade mantidos de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relativo Financeiro para as Entidades do Setor não Lucrativo.

2. *Investimentos Financeiros*

Não aplicável

3. *Ativos Fixos Tangíveis*

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer gastos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos gastos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos que a entidade espera incorrer. Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição ou produção, deduzido de amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e o valor líquido contabilístico do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação

4. Ativos Fixos Intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são registados ao custo, deduzido de amortizações por imparidade acumuladas. As amortizações são reconhecidas numa base sistemática durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis.

5. Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis, excluindo Goodwill

Sempre que exista algum indicador que os ativos fixos tangíveis e intangíveis da Ordem dos Biólogos possam estar em imparidade é efetuada uma estimativa do valor recuperável a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso). Quando não é possível determinar o valor recuperável de um ativo individual, é estimado valor recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

O valor recuperável do ativo ou unidade geradora de caixa consiste no maior entre i) o justo valor deduzido de gastos para vender e ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que o valor líquido contabilístico do ativo ou da unidade geradora de caixa seja superior ao seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. Esta, é registada de imediato na demonstração de resultados, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão é reconhecida na demonstração de resultados na rubrica “reversões de perda por imparidade”, sendo efetuada até ao limite do montante que estaria reconhecido (líquido de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

6. Especialização dos exercícios

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu recebimento ou pagamento em obediência ao regime do acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de “Outras a receber e a pagar” ou “Diferimentos”.

7. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento corresponde ao valor do imposto corrente. Os impostos correntes são registados em resultados.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no lucro tributável do exercício das várias entidades incluídas no perímetro de consolidação.

O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em exercícios subsequentes, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis de acordo com as regras fiscais em vigor.

8. Subsídios do Governo

Os subsídios são reconhecidos quando existe segurança de que a Ordem dos Biólogos cumprirá as condições a eles associadas e de que irão ser recebidos.

Os subsídios do governo não reembolsáveis relacionados com ativos são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios sendo subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm gastos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam

9. Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional do Instituto) são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato os itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizados às taxas de câmbio dessa data. Os itens não monetários registados ao justo valor denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio das datas em que os respetivos justos valores foram determinados. Os itens não monetários registados ao custo histórico denominados em moeda estrangeira não são atualizadas.

As diferenças de câmbio resultantes das atualizações atrás referidas são registadas na demonstração dos resultados do período em que são geradas.

10. Provisões

São constituídas provisões somente quando a Ordem dos Biólogos tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Empresa é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associados gastos que não é possível evitar, os quais excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

É reconhecida uma provisão para reestruturação quando a Empresa desenvolveu um plano formal detalhado de reestruturação e iniciou a implementação do mesmo ou anunciou as suas principais componentes aos afetados pelo mesmo. Na mensuração da provisão para reestruturação são apenas considerados os dispêndios que resultam diretamente da implementação do correspondente plano, não estando, conseqüentemente, relacionados com as atividades correntes da Empresa.

11. Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

12. Ativos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos

13. Acontecimentos após a data do balanço

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

14. Juízos de valor, pressupostos críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam o valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como os rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas

1. Movimento no Ativo Tangível

ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS 2024					
Rubricas	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros activos fixos tangíveis	Total
Activo bruto:					
Saldo inicial			3.089,06	1.153,10	4.242,16
Aquisições					-
Alienações					
Transferências					
Abates					
Revalorizações					
Outras variações					
Saldo final	-	-	3.089,06	1.153,10	4.242,16
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:					
Saldo inicial	1.153,10		1.046,44		2.199,54
Amortizações do exercício			456,72		456,72
Perdas por imparidade do exercício					
Reversões de perdas por imparidade					
Alienações					
Transferências					
Abates					
Outras variações					
Saldo final	1.153,10	-	1.503,16	-	2.656,26
Activo líquido	(1.153,10)	-	1.585,90	1.153,10	1.585,90

2. Saldos em caixa e depósitos bancários

	2023	2024
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	567.600,87	610.362,72
Aplicações de tesouraria	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes	567.600,87	610.362,72

3. Impostos sobre o rendimento

A Ordem dos Biólogos encontra-se isenta de IRC na sequência da atribuição de Utilidade Pública pelo Decreto-Lei nº183/98, de 4 de julho, e publicado em Diário da República: 1º Série A nº152 de 4 de julho de 1998, tendo sido alterado pela lei nº159/2015, de 18 de setembro

A Direção da Ordem dos Biólogos entende que as eventuais correções resultantes de revisões ou inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos e dez anos para a Segurança Social.

4. Estado e outros entes públicos

	2023		2024	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Retenção na fonte de capitais				
Retenção na Fonte de Rendimentos			17,04	
Imposto sobre rendimento pessoas singulares		133,00		330,00
Imposto sobre valor acrescentado	2.755,43		2.648,26	
Contribuições para Segurança Social		613,20		592,32
Outros impostos	24,62		24,62	
	<u>2.780,05</u>	<u>746,20</u>	<u>2.689,92</u>	<u>922,32</u>
	0,00	0,00	0,00	0,00

5. Outras contas a receber

Rubrica	2023	2024
Adiantamentos a fornecedores	25,04	42,80
Rendas	1.875,00	1.875,00
Outros Adiantamentos	7.500,00	7.500,00
	<u>9.400,04</u>	<u>9.417,80</u>

6. Outras contas a pagar

Rubrica	2023	2024
Fornecedores	6.398,93	7.305,66
Adiantamentos de clientes		
Outros Adiantamentos (Associados)	33.865,00	41.784,46
Outras contas a pagar		
Remunerações a liquidar	2.669,70	3.781,89
Outros acréscimos de custos	192,62	192,62
Outros devedores e credores	81.599,09	79.387,03
	<u>124.725,34</u>	<u>132.451,66</u>

7. Variações nos Fundos Patrimoniais

Rubrica	Saldo Inicial	Débito	Créditos	Saldo Final
Fundos				0,00
Reservas	4.611,54			
Reservas Legais				0,00
Outras Reservas	4.611,54			4.611,54
Resultados Transitados	441.068,57			441.068,57
Excedentes de Revalorização				0,00
Outras variações no capital próprio				0,00
Subsídios ao investimento				0,00
Resultado líquido do exercício			88.718,28	88.718,28
Totais	445.680,11	0,00	88.718,28	534.398,39

8. Acréscimo e Diferimentos de Ativos

Natureza	2023	2024
Gastos a reconhecer	899,54	736,02
	<u>899,54</u>	<u>736,02</u>

9. Acréscimos e Diferimentos de Proveitos

Natureza	2023	2024
Proveitos Diferidos		
Olimpiadas	6.306,39	0,00
Fundação Calouste Gulbenkian (Olimpiadas 2020)	0,00	0,00
Olimpiadas Biosfera	813,01	0,00
Ministério da Educação	6.554,25	6.055,60
Ciência Viva	0,00	0,00
DG Educação	0,00	0,00
Fundação Calouste Gulbenkian (Olimpiadas 2021)	0,00	0,00
CBHS - Tit.Esp	0,00	0,00
Centro Formação	0,00	0,00
	<u>13.673,65</u>	<u>6.055,60</u>

10. Vendas e Prestações de Serviços

Rubrica	2022	2023	2024
Vendas			
Mercadorias - taxa normal	0,00	0,00	0,00
Mercadorias - taxa reduzida	0,00	0,00	1.786,20
Mercadorias - isenta	0,00	0,00	60,00
Prestações de Serviços / Quotas			
Prestações de serviços - taxa normal	0,00	0,00	0,00
Quotas Ordem	139.129,50	135.926,08	176.888,00
Quotas Anos Anteriores			31.437,91
Outras Vendas Isentas (C. Formação, CRN, CBHS...)	5.300,01	61.723,18	33.600,00
	<u>144.429,51</u>	<u>197.649,26</u>	<u>243.772,11</u>

11. Ganhos relativos a subsídios à exploração

Financiadores	2023	2024
Olimpíadas		
Fundação Calouste Gulbenkian (Olimpíadas)	10.500,00	
Ciência Viva		4.000,00
Ministério da Educação	30.000,00	
Município de Oeiras		8.662,00
Olimpíadas Biosfera	2.878,83	5.805,04
Quatenaire		
Outros	454,00	4.212,15
	<u>43.832,83</u>	<u>22.679,19</u>

12. Fornecimentos e Serviços Externos

Rubrica	2023	2024
Subcontratos	984,00	276,75
Trabalhos Especializados	26.593,95	45.060,82
Publicidade e Propaganda	4.520,35	11.831,25
Honorários	5.071,20	5.490,00
Serviços Bancários	284,76	357,22
Outros	620,86	3.413,42
Materiais	3.242,82	4.382,46
Energia/Fluidos	964,22	960,56
Deslocações	34.104,56	37.298,76
Serviços Diversos	11.929,61	21.651,53
	<u>88.316,33</u>	<u>130.722,77</u>

13. Gastos com o Pessoal

Rubrica	2023	2024
Remunerações dos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações do Pessoal	25.407,95	30.621,55
Encargos sobre remunerações	5.246,10	5.621,55
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	189,71	195,72
Outros gastos com o pessoal (indenização)	518,00	475,15
	<u>31.361,76</u>	<u>36.913,97</u>

14. Juros e Rendimentos similares obtidos ou suportados

Natureza	2023	2024
Juros de depósitos em instituições de crédito obtidos	0,00	68,13
Juros de depósitos em instituições de crédito suportados	0,58	0,00
	<u>0,58</u>	<u>68,13</u>

15. Outros Gastos e Perdas

Natureza	2023	2024
Impostos	325,54	76,55
Gastos exercícios anteriores	3.748,76	752,51
Quotizações	2.500,00	2.820,00
Diferenças por arredondamentos	0,02	0,04
Outros	1.529,88	5.995,08
	<u>8.104,20</u>	<u>9.644,18</u>

16. Outros Rendimentos e Ganhos

Natureza	2023	2024
Correções exercícios anteriores	458,24	1.442,62
Diferenças por arredondamentos	4,95	0,00
Outros	4,00	0,00
	<u>467,19</u>	<u>1.442,62</u>

Divulgações exigidas por diplomas legais

A Direção informa que a Ordem dos Biólogos não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de outubro, a Direção informa que a situação da Ordem dos Biólogos perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Conclusões e Proposta de Aplicação de Resultados

O exercício económico de 2024 reflete a solidez financeira da OBIO, evidenciando um resultado líquido positivo de 88.718,28€, conforme demonstrado na Demonstração de Resultados. Este resultado decorre de uma gestão criteriosa dos recursos disponíveis, garantindo a cobertura das despesas operacionais e a manutenção da estabilidade financeira da instituição.

A análise dos rendimentos e gastos revela que a principal fonte de receita da OBIO continuou a ser quotização, totalizando 176.888,00€. Adicionalmente, foram recebidos 23.079,19€ em subsídios, doações e legados. Do lado das despesas, verificou-se um custo significativo com fornecimentos e serviços externos (130.722,77€) e com gastos de pessoal (36.913,97), refletindo o esforço contínuo na melhoria da estrutura de funcionamento da Ordem. Outros gastos operacionais totalizaram 9.644,18€, enquanto os outros rendimentos ascenderam a 1.510,75€.

Dada a posição financeira positiva alcançada, propõe-se que os Resultados Líquidos do Exercício, no montante de 88.718,28 sejam integralmente transferidos para os Resultados Transitados.

Lisboa, 20 de março de 2025

Pelo Conselho Diretivo,

A Bastonária,
Maria de Jesus da Silva Fernandes



Ordem dos
Biólogos

Rua Cidade de Rabat, 38 – R/C
1500-164 LISBOA

Tlf.: (+351) 21 840 18 78 | Tlm.: (+351) 934 100 260

www.ordembiologos.pt | sede.nacional@ordembiologos.pt